



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE  
INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

**2025**

# CONVITE

## PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO N.º03 /IVBAM-DSMB/2025

*«AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A PARTICIPAÇÃO DO SECTOR DO VINHO MADEIRA  
NA FEIRA “PROWEIN DUSSELDORF”, EM 2025, INSERIDO NO STAND DA  
VINIPORTUGAL»*



Rua Visconde de Anadia, n.º 44 – 9050-020 Funchal | T. +351 291 211 600  
Rua 5 de Outubro, n.º 78 – 9000-079 Funchal | T. +351 291 211 607  
[www.madeira.gov.pt](http://www.madeira.gov.pt) | [ivbam@madeira.gov.pt](mailto:ivbam@madeira.gov.pt) | NIF 511 270 305



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE  
INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

## **ÍNDICE**

<b>Capítulo I.....</b>	<b>4</b>
<b>CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS .....</b>	<b>4</b>
<b>Artigo 1º - Identificação e objeto do procedimento .....</b>	<b>4</b>
<b>Artigo 2º - Entidade adjudicante.....</b>	<b>4</b>
<b>Artigo 3º - Órgão competente para a decisão de contratar, da autorização de despesa e da escolha do procedimento .....</b>	<b>5</b>
<b>Artigo 4º - Procedimento de formação de contrato .....</b>	<b>5</b>
<b>Artigo 5º - Consulta e disponibilização das peças do procedimento .....</b>	<b>6</b>
<b>Artigo 6º - Esclarecimentos, retificação, erros e omissões das peças do procedimento .....</b>	<b>6</b>
<b>Artigo 7º - Admissão do concorrente .....</b>	<b>7</b>
<b>Capítulo II .....</b>	<b>7</b>
<b>REQUISITOS A QUE DEVEM OBEDECER AS PROPOSTAS E A RESPETIVA ENTREGA.....</b>	<b>7</b>
<b>Artigo 8º - Documentos que instruem a proposta.....</b>	<b>7</b>
<b>Artigo 9º - Propostas variantes.....</b>	<b>8</b>
<b>Artigo 10º - Leilão eletrónico .....</b>	<b>8</b>
<b>Artigo 11º - Negociação.....</b>	<b>9</b>
<b>Artigo 12º - Indicação do Preço .....</b>	<b>9</b>
<b>Artigo 13º - Preço anormalmente baixo.....</b>	<b>9</b>
<b>Artigo 14º - Prazo e forma para apresentação de propostas.....</b>	<b>9</b>
<b>Artigo 15º - Prazo da obrigação de manutenção das propostas .....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo III.....</b>	<b>11</b>
<b>DA ANÁLISE DA PROPOSTA .....</b>	<b>11</b>



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE  
INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

<b>Artigo 16º -</b>	<b>Esclarecimentos e suprimientos de proposta .....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo IV .....</b>		<b>13</b>
<b>DA ADJUDICAÇÃO E HABILITAÇÃO .....</b>		<b>13</b>
<b>Artigo 17º -</b>	<b>Adjudicação .....</b>	<b>13</b>
<b>Artigo 18º -</b>	<b>Documentos de habilitação e prazo para a sua apresentação ....</b>	<b>13</b>
<b>Artigo 19º -</b>	<b>Não apresentação dos documentos de habilitação .....</b>	<b>17</b>
<b>Capítulo V.....</b>		<b>18</b>
<b>DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>		<b>18</b>
<b>Artigo 20º -</b>	<b>Prestação de caução .....</b>	<b>18</b>
<b>Artigo 21º -</b>	<b>Despesa e encargos .....</b>	<b>18</b>
<b>Artigo 22º -</b>	<b>Informação sobre proteção de dados pessoais.....</b>	<b>18</b>
<b>Artigo 23º -</b>	<b>Impugnações administrativas .....</b>	<b>20</b>
<b>Artigo 24º -</b>	<b>Notificações e comunicações.....</b>	<b>20</b>
<b>Artigo 25º -</b>	<b>Prevalência.....</b>	<b>20</b>
<b>Artigo 26º -</b>	<b>Contagem dos prazos .....</b>	<b>20</b>
<b>Artigo 27º -</b>	<b>Contrato .....</b>	<b>20</b>
<b>Artigo 28º -</b>	<b>Legislação Aplicável.....</b>	<b>21</b>
<b>ANEXO III .....</b>		<b>25</b>
<b>ANEXO IV.....</b>		<b>26</b>
<b>NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 49.º DO CÓDIGO DOS</b>		
<b>CONTRATOS PÚBLICOS (CCP): .....</b>		<b>27</b>



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PISCAS E AMBIENTE  
INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

## **PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO**

### **CONVITE**

#### **Capítulo I**

#### **CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS**

##### **Artigo 1º - Identificação e objeto do procedimento**

- 1- O presente procedimento pré-contratual de ajuste direto n. 03/IVBAM-DSMB/2025 tem por objeto principal a «*Aquisição de serviços para a participação do sector do Vinho Madeira na Feira “Prowein Dusseldorf”, em 2025, inserido no stand da Viniportugal*».
- 2- A classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos) – Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002<sup>1</sup> é a seguinte: 79950000-8 Serviços de organização de exposições, feiras e congressos.

##### **Artigo 2º - Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante é o Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, IP-RAM (IVBAM, IP-RAM), pessoa coletiva n.º 511 270 305, sito em Rua Visconde de Anadia, n.º 44, 9050-020 Funchal, com o número de telefone +351 291 211 600, endereço de correio eletrónico [ivbam@madeira.gov.pt](mailto:ivbam@madeira.gov.pt), e sítio institucional <https://ivbam.madeira.gov.pt/>, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

---

<sup>1</sup> Alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no JOUE, de 15 de março de 2008.



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE  
INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

**Artigo 3º - Órgão competente para a decisão de contratar, da autorização de despesa e da escolha do procedimento**

1- A decisão de contratar, de autorização de despesa e de abertura de procedimento, foi tomada por deliberação do Conselho Diretivo do IVBAM, IP-RAM, nos termos do alínea i) do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2013/M, de 5 de fevereiro<sup>2</sup>, conjugado com o disposto nos artigos 36.º e 38.º do CCP, e com a alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2024/M, de 29 de julho, que aprova o Orçamento Regional da Madeira para 2024 (ORAM 2024), por aplicação do artigo 15.º da Lei n.º 28/92, de 01 de setembro.

2- As peças do procedimento, convite e caderno de encargos, foram aprovadas através de deliberação do Conselho Diretivo do IVBAM, IP-RAM nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 40.º do CCP.

3- Através da comunicação efetuada pelo Ofício n.º SRF/2408/2024, de 18 de fevereiro de 2025, Sua Exa. o Secretário Regional de Finanças a 18 de fevereiro autorizou:

A ultrapassagem dos encargos globais pagos em 2024, que venham a renovar-se ou a celebrar-se em 2025 com idêntico objeto e/ou contraparte, conforme o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 66.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2024/M, de 29 de julho, por se considerar um ato de gestão corrente, urgente e inadiável, elencados nos termos do disposto no artigo 63.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma da Madeira.

**Artigo 4º - Procedimento de formação de contrato**

1- O procedimento de formação de contrato reveste a forma de ajuste direto, nos termos do preceituado na alínea a) do n.º 1 e na alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º, todos do CCP e do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação em vigor.

---

<sup>2</sup> Diploma que aprova em anexo a orgânica do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, IP-RAM, e revoga o Decreto Legislativo Regional n.º 18/2006/M, de 29 de maio.



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PISCAS E AMBIENTE  
INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

**Artigo 5º - Consulta e disponibilização das peças do procedimento**

- 1- As peças que constituem o presente procedimento são integralmente disponibilizadas através da plataforma eletrónica de contratação denominada AcinGov, adiante designada apenas por plataforma, disponível em <http://www.acingov.pt>.
- 2- Quando, por qualquer motivo, o Convite ou o Caderno de Encargos não tiverem sido disponibilizados, nos termos do disposto no n.º 1, desde a data da sua publicação até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
- 3- A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar.
- 4- As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, em caso de divergência.

**Artigo 6º - Esclarecimentos, retificação, erros e omissões das peças do procedimento**

- 1- Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelo interessado, por escrito, através da plataforma identificada na cláusula anterior, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças por si detetados, em conformidade com o previsto no n.º 2 do artigo 50.º do CCP.
- 2- Os esclarecimentos a que se refere o número anterior ou quaisquer outros da iniciativa da entidade adjudicante são prestados pela Direção de Serviços de Marketing e Bens Culturais (DSMB), por escrito, através da identificada plataforma, até ao dia anterior ao prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 3- No prazo indicado no n.º 2, a órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelo interessado, considerando-se



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE  
INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

4- Dentro do prazo e nos termos referidos no n.º 2, a órgão competente para a decisão de contratar pode oficiosamente proceder à retificação dos erros e omissões das peças do procedimento, ou até final do prazo de entrega das propostas, caso em que deve atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.

5- Os esclarecimentos, as retificações e as listas de erros e omissões são juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo, de imediato, notificado ao interessado que as tenham adquirido, de tal facto.

6- Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em casos de divergência.

### **Artigo 7º - Admissão do concorrente**

Estão impedidos de apresentar proposta quaisquer concorrentes que se encontrem nas situações descritas no artigo 55.º, sem prejuízo do disposto no artigo 55.º- A, ambos do CCP, bem como na situação prevista no artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.

## **Capítulo II**

### **REQUISITOS A QUE DEVEM OBEDECER AS PROPOSTAS E A RESPETIVA ENTREGA**

#### **Artigo 8º - Documentos que instruem a proposta**

1- Na proposta, o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.

2- De acordo com o artigo 57.º do CCP, os concorrentes devem obrigatoriamente instruir as suas propostas com os seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de **aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I-M** do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação dada pelo Decreto



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PISCAS E AMBIENTE  
INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

Legislativo Regional n.º 6/2018/M, de 15 de março;

b) Documento que em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenha o **preço total** da prestação de serviços, elaborado e preenchido em conformidade com o modelo constante do **Anexo III** ao presente convite.

c) **Anexo VI** ao presente convite, relativo à proteção de dados pessoais de pessoas singulares;

d) Certidão ou cópia da certidão do **registo comercial da empresa** (o concorrente pode, em substituição da sua reprodução, indicar ao IVBAM, IP-RAM o endereço do sítio onde o mesmo pode ser consultado, bem como a informação necessária àquela consulta, desde que o referido sítio e documento dele constante esteja redigido em língua portuguesa) e, quando necessário, documento que confira poderes para assinar a declaração a que se refere a alínea anterior, ou em alternativa a apresentação dos Estatutos da Associação e termo de posse dos Órgãos Sociais.

3- Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.

**4- As declarações e documento referidos nas alíneas a) a e) do ponto 1 do presente artigo devem obedecer às regras previstas no artigo 15.º do presente Convite.**

5- A proposta e os documentos que a constituem, são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

#### **Artigo 9º - Propostas variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nem a alteração e/ou derrogação de condições imperativas do caderno de encargos.

#### **Artigo 10º - Leilão eletrónico**

Não há lugar a leilão eletrónico.





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE  
INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

**Artigo 11º - Negociação**

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

**Artigo 12º - Indicação do Preço**

- 1- O preço da proposta é expresso em euros, indicado em algarismos, o qual não inclui o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável.
- 2- Quando o preço constante da proposta for também indicado por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- 3- Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
- 4- O valor base é de **2.878,95€ (dois mil oitocentos e setenta e oito euros e noventa e cinco cêntimos)**, o qual não inclui o IVA, em critérios objetivos, obtidos pela Entidade Adjudicante, na sequência da consulta preliminar ao mercado ao único operador com exclusividade, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º e artigo 35.º-A do CCP.
- 5- Entende-se por preço base o preço máximo que o IVBAM, IP-RAM se dispõe a pagar pela aquisição que constitui o objeto do contrato a celebrar.

**Artigo 13º - Preço anormalmente baixo**

Para a presente prestação de serviços, não é fixado o preço ou custo anormalmente baixo, sendo aplicável o disposto no artigo 71.º do CCP.

**Artigo 14º - Prazo e forma para apresentação de propostas**

- 1- A proposta deve ser apresentada via plataforma AcinGov, **até às 23:59, do 3.º dia** a contar da data do envio do presente convite.
- 2- A contagem do prazo para apresentação das propostas deve ser efetuada de acordo com os n.ºs 1 e 3 do artigo 470.º n.º 1 e 3 do CCP e 87.º do Código de Procedimento Administrativo [CPA: Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro], na sua redação atual.



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

- 3- De acordo com os n.ºs 1 e 2 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, os documentos que constituem a proposta devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de assinatura eletrónica qualificada própria ou dos representantes legais do concorrente.
- 4- Nos termos do disposto no artigo 68.º n.º 4 da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, quando o interessado realizar o carregamento, na plataforma eletrónica, de um ficheiro de uma proposta, este deve estar já encriptado e assinado antes de ser submetido na plataforma, com recurso a assinatura eletrónica qualificada.
- 5- A aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos ou ficheiros eletrónicos da proposta, assegurando-lhes dessa forma a força probatória de documento particular assinado, nos termos do artigo 376.º do Código Civil, na sua redação atual<sup>3</sup>, sob pena de exclusão da proposta, de acordo com as disposições conjugadas dos artigos 146.º e 57.º do CCP, caso não procedam ao suprimento das irregularidades formais, no prazo estipulado pelo júri, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 17.º deste convite/programa do procedimento, conjugado com a alínea c) do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.
- 6- Em cumprimento do disposto no n.º 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura (por exemplo, caso o documento seja assinado com assinatura digital qualificada do cartão de cidadão), deve o concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente, documento que confira poderes para assinar, procuração, Estatutos de Associação, termo de posse dos Órgãos Sociais ou outro documento que considere suficiente para o efeito).
- 7- Nos casos em que a sociedade se obrigue com a assinatura conjunta de vários administradores ou gerentes, os documentos da proposta devem ser assinados por todos eles. No caso de a proposta ser assinada apenas por um administrador ou gerente e seja

---

<sup>3</sup> «A submissão de uma proposta num ficheiro em formato PDF assinado digitalmente que agrupou vários documentos autónomos não assinados eletronicamente não cumpre a exigência da assinatura individualizada de cada documento imposta pelo n.º 4 do artigo 57.º do CCP e pelo n.º 5 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015.» Vide Acórdão do STA n.º 1272023, que uniformiza a Jurisprudência.



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE  
INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

necessária a assinatura de dois sócios gerentes ou administradores, o concorrente deve juntar procuração, mandato ou documento que lhe confira poderes suficientes, para por si só vincular a sociedade.

8- Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, nomeadamente, certidões, certificados ou atestados devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do operador económico que os submetam.

9- Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do operador económico que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original.

10- Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta, não possa ser apresentado nos termos do ponto anterior, dever-se-á seguir os termos do disposto no n.º 5 do artigo 62.º do CCP.

11- No caso de agrupamentos de concorrentes, a proposta deve ser assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou por representante comum devidamente mandatado.

### **Artigo 15º - Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de **66 dias**, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

## **Capítulo III**

### **DA ANÁLISE DA PROPOSTA**

### **Artigo 16º - Esclarecimentos e suprimentos de proposta**

1- A DSMB pode pedir ao concorrente quaisquer esclarecimentos sobre a proposta apresentada que considere necessários para efeito da análise e da avaliação da mesma.



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

2- Os esclarecimentos prestados pelo concorrente fazem parte integrante da mesma, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

3- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 72.º do CCP, a DSMB deve solicitar ao concorrente que, no prazo máximo de cinco dias, proceda ao suprimimento de irregularidades formais da sua proposta, que careçam de ser supridas, desde que tal suprimimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente:

- a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, incluindo a declaração do Anexo I-M;
- b) A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;
- c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a candidatura ou a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos.

4- O não suprimimento de irregularidades da proposta ao abrigo do número anterior, dentro do prazo fixado para o efeito, constitui contraordenação grave, punível com uma coima nos termos do disposto na alínea e) do artigo 457.º do CCP.

5- No obstante o mencionado nos pontos anteriores, a DSMB procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos na proposta, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

6- Os pedidos da DSMB formulados nos termos dos n.ºs 1 e 3 do presente artigo, bem como, as respetivas respostas, devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica AcinGov.



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE  
INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

**Capítulo IV**  
**DA ADJUDICAÇÃO E HABILITAÇÃO**

**Artigo 17º - Adjudicação**

- 1- Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação da proposta contida no projeto da decisão de adjudicação, nomeadamente para efeitos de adjudicação.
- 2- A decisão de adjudicação é comunicada ao concorrente, acompanhada do projeto da decisão de adjudicação;
- 3- Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos na Cláusula seguinte.

**Artigo 18º - Documentos de habilitação e prazo para a sua apresentação**

- 1- O adjudicatário deve apresentar no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação, a serem emitidos pelas autoridades competentes:
  - a) Declaração conforme **Anexo II** a que se refere a al. a) do n.º 1 do art.º 81.º do CCP, **devendo ser utilizada a declaração disponibilizada no âmbito deste procedimento, visto que o anexo em apreço foi alterado pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio**, assinada por quem tem poderes para obrigar a empresa;
  - b) **Certificado de registo criminal da empresa e dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da empresa em efetividade de funções**, ou na sua falta, de documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente, comprovativo de que não tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por alguns dos seguintes crimes, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, não tenham sido condenados pelos mesmos crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das



## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, e a pessoa coletiva:

- Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008;
- Corrupção, tal como definido no artigo 3.º da Convenção em que estejam implicados funcionários da União Europeia ou dos Estados-Membros da União Europeia e no n.º 1 do artigo 2.º da decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, e nos artigos 372.º a 374-B do Código Penal;
- Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, tal como definidos no artigo 1.º da Diretiva n.º 2015/849, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou do financiamento do terrorismo;
- Infrações terroristas ou infrações relacionadas com um grupo terrorista, incluindo cumplicidade, instigação e tentativa, nos termos do artigo 14.º da referida diretiva;
- Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, tal como definidos no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011, e;
- Crime que afete a sua honorabilidade profissional.

c) Certificados comprovativos de que a empresa se encontra com a situação regularizada relativamente a **impostos devidos em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal e a **contribuições para a Segurança Social em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE  
INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

d) Comprovativo da inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que releve a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar, tratando-se de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, no caso de empresas com sede e direção efetiva em Portugal a **Certidão do registo comercial da empresa, ou certidão permanente.**

e) Documento **comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)**, nos termos do disposto no artigo 36.º do Anexo à Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e no artigo 34.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto e ainda da Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto;

f) Documentos comprovativos do cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira (RAM), nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, mais especificamente:

i) Última declaração de rendimentos **modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C**, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na RAM, bem como enquanto se mantiver em vigor o respetivo contrato;

ii) Última declaração de rendimentos e retenções de residentes (**modelo 10**) e **DMR**;

iii) **Anexo Q** da última informação empresarial simplificada (IES);

iv) **Anexo R** da última declaração periódica do IVA.

2- A documentação atrás referida deve ser apresentada por eventuais subcontratados identificados na proposta do adjudicatário. No decurso da execução do contrato, a autorização do IVBAM, IP-RAM à subcontratação fica condicionada à apresentação daquela documentação relativa ao potencial subcontratado por parte do cocontratante.

3- **O adjudicatário que considere não preencher as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas referidas na alínea f) do ponto 1 do**



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE  
INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

**presente artigo, deve apresentar declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem os obriga, referindo expressamente essa situação.**

4- O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos exigidos no presente número através do uso da plataforma eletrónica de contratação pública **acinGov**, acessível através do endereço <https://www.acingov.pt> com exclusão expressa de qualquer outro meio.

5- Todos os documentos de habilitação devem obedecer ao estabelecido no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

6- O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao Conselho Diretivo do IVBAM, IP-RAM, por um período não superior a 5 (cinco) dias.

7- Sempre que se verifique um fato que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o Conselho Diretivo do IVBAM, IP-RAM notifica o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

8- Quando as situações previstas no n.º 1 do artigo 86.º do CCP se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o Conselho Diretivo do IVBAM, IP-RAM concede, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

9- Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, o IVBAM, IP-RAM pode conceder um prazo de 2 dias úteis para supressão das respetivas irregularidades detetadas.

10- Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.

11- Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE  
INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

12- Sem prejuízo do estabelecido no ponto seguinte, quando aos documentos exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da sua reprodução, indicar ao IVBAM, IP-RAM o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

13- No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas b) e c), ou se estes não se referirem a todos os casos referidos na alínea b), constantes no n.º 1 do presente artigo, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário ou um organismo profissional qualificado.

14- O IVBAM, IP-RAM pode exigir ao adjudicatário que, no prazo que lhe for fixado para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do número anterior, em caso de dúvida fundada sobre o seu conteúdo ou a autenticidade destes.

15- A não apresentação pelo adjudicatário, no prazo fixado para o efeito, de quaisquer documentos de habilitação exigidos constitui uma contraordenação muito grave.

16- O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos nas alíneas b) e c) do número 1 do presente artigo, se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

### **Artigo 19º - Não apresentação dos documentos de habilitação**

Sem prejuízo do disposto nos artigos 87.º e 87.º-A, ambos do CCP, a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a) No prazo fixado no presente Convite à apresentação de propostas;
- b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP e;



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE  
INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.

## **Capítulo V**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Artigo 20º - Prestação de caução**

Atento o exposto no n.º 2 e 3 do artigo 88.º do CCP e tendo por base a natureza e a especificidade do objeto do contrato em apreço, não é exigida a prestação de caução e nem será exigida a retenção de pagamentos.

#### **Artigo 21º - Despesa e encargos**

Todas as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as que estiverem relacionadas com a celebração do contrato, incluindo as relativas à prestação da caução, se devida, constituem responsabilidade dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

#### **Artigo 22º - Informação sobre proteção de dados pessoais**

1- Nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), a Entidade Adjudicante é a responsável pelo tratamento dos dados pessoais no âmbito do presente procedimento pré-contratual, relativamente aos dados referidos no número seguinte.

2- Os dados pessoais contidos nas propostas, nos documentos que as acompanhem e, bem assim, nas respostas aos pedidos de esclarecimentos, pronúncias e documentos de habilitação, entre outros não expressamente previstos neste Cláusula, apresentados ao abrigo do presente procedimento, cuja obrigação decorre diretamente do CCP, serão tratados nos termos permitidos por lei e no âmbito de finalidades relacionadas com a



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

tramitação do procedimento, sendo a Entidade Adjudicante alheia ao tratamento que lhes é dado pelos restantes operadores económicos participantes.

3- A Entidade Adjudicante poderá transmitir os dados pessoais a que se refere o presente Cláusula aos seus colaboradores, prestadores de serviços e subcontratantes para o cumprimento das finalidades acima referidas e, bem assim, a autoridades judiciais, fiscais, regulatórias ou outras para o cumprimento de imposições legais ou regulamentares.

4- Todos os dados pessoais constantes da proposta apresentada são exatos e atualizados e, quando detidos por titulares de dados pessoais diversos da entidade subscritora da proposta, considera-se que esta entidade se encontra legitimada a transmiti-los à Entidade Adjudicante, nos termos previstos no RGPD.

5- De acordo com a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, os dados pessoais são conservados pelo prazo de 10 anos, contados a partir o encerramento do procedimento pré-contratual, salvo se, sendo necessários para comprovar o cumprimento de obrigações contratuais ou de outra natureza, conforme estabelece o n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto, enquanto não decorrer o prazo de prescrição dos direitos correspetivos.

6- Os titulares têm os seguintes direitos sobre os dados pessoais que lhes digam respeito:

a) A exercer perante a Entidade Adjudicante: direito de informação; direito de acesso; direito de retificação dos dados inexatos; direito ao apagamento; direito à limitação do tratamento; direito de portabilidade dos dados; direito de oposição ao tratamento; direito a não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas, incluindo a definição de perfis; nas situações de consentimento, direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado;

b) A exercer perante o Encarregado de Proteção de Dados **Gabinete para a Conformidade Digital e Proteção de Dados** (através do email [gcpd.geral@madeira.gov.pt](mailto:gcpd.geral@madeira.gov.pt)): direito de apresentar exposições;



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE  
INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

- c) A exercer perante a autoridade de controlo (nomeadamente, Comissão Nacional de Proteção de Dados): direito de apresentar reclamação;
- d) A exercer perante as instâncias jurisdicionais competentes: direito a ação judicial e a indemnização no caso de violação dos seus direitos.

### **Artigo 23º - Impugnações administrativas**

As impugnações administrativas das decisões relativas à formação dos contratos regem-se pelo disposto no título VII do CCP e, subsidiariamente, pelo disposto no CPA, e devem ser apresentadas através da plataforma eletrónica AcinGov.

### **Artigo 24º - Notificações e comunicações**

Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante e o(s) interessado(s), na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica, nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

### **Artigo 25º - Prevalência**

Nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 40.º do CCP, as indicações constantes do presente programa de concurso prevalecem sobre as indicações do anúncio em caso de divergência, e de acordo com o estabelecido no artigo 51.º do mesmo Código, as normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

### **Artigo 26º - Contagem dos prazos**

No que se refere aos prazos do presente procedimento de formação de contratos, aplica-se o disposto nos artigos 470.º do CCP.

### **Artigo 27º - Contrato**

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, não é exigível a redução a escrito do contrato a celebrar.



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE  
INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

**Artigo 28º - Legislação Aplicável**

Em tudo o que for omissa no presente Convite/programa do procedimento e seus anexos, deve aplicar-se o disposto em legislação europeia e nacional, nomeadamente:

- a) Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor;
- b) Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação em vigor;
- c) Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atual;
- d) E demais legislação aplicável.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente do Conselho Diretivo do IVBAM, IP-RAM,

---

Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE  
INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

**ANEXO I-M**

**Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos e o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup>... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(3)</sup>:

*a)* .....

*b)* .....

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o Anexo II do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *i)* do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura <sup>(4)</sup>].

(<sup>1</sup>) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(<sup>2</sup>) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(<sup>3</sup>) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(<sup>4</sup>) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE  
INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

**ANEXO II-M**

**Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

(Redacção do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/M, de 15 de março – entrada em vigor em 16 de março de 2018 e produção de efeitos desde 1 de janeiro de 2018)





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE  
INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

**ANEXO III**  
**MODELO DE PROPOSTA**

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do convite e do caderno de encargos, relativo à execução do contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual de ajuste direto n.º 03/IVBAM-DSMB/2025, com vista à *Aquisição de serviços para a participação do sector do Vinho Madeira na Feira “Prowein Dusseldorf”, em 2025, inserido no stand da Viniportugal*», propõe-se a prestar os serviços pelo preço contratual total de \_\_\_\_\_€.

À quantia supra acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor de \_\_\_\_%.

... (local), ... (data), ... [assinatura]



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE  
INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

**ANEXO IV**

Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção de pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que os seus representantes legais prestam consentimento para que os dados pessoais das pessoas singulares que a vinculam, sejam objeto de tratamento única e exclusivamente para efeitos de pedidos de esclarecimentos, apresentação de listas de erros e omissões, apresentação de propostas, elaboração de relatórios preliminares e finais, audiência prévia, notificação da adjudicação, notificação da apresentação dos documentos de habilitação, celebração de contrato, publicitação de contrato no portal dos contratos públicos, impugnações administrativas e judiciais e ainda que estes possam estar acessíveis, por determinação de entidade administrativa ou judicial para efeitos de auditoria e arquivo durante o período de 10 anos.

... (local),... (data),... [assinatura].



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE  
INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

**NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 49.º DO CÓDIGO DOS  
CONTRATOS PÚBLICOS (CCP):**

- TODAS AS REFERÊNCIAS A NORMAS/HOMOLOGAÇÕES E A ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DEVEM SER CONSIDERADAS, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, ACOMPANHADAS DA MENÇÃO «OU EQUIVALENTE»;
- TODAS AS INDICAÇÕES A MARCAS COMERCIAIS OU INDUSTRIAIS DE PATENTES OU MODELOS PRESENTES NAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DEVEM SER CONSIDERADAS, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, ACOMPANHADAS DA MENÇÃO «OU EQUIVALENTE».